



**Eje I:** “La integración regional como horizonte”: geopolítica del poder, soberanía y unidad latinoamericana

**Mesa 1:** Malvinas, causa de la Patria Grande

Título de la ponencia: **Arquipélago Malvinas: geopolítica e geoestratégia em tempos de reordenamento global**

Autor: **Rogério do Nascimento Carvalho** (Universidade de São Paulo)

### **Resumo**

O combate ao colonialismo no arquipélago Malvinas precisa da unidade latino-americana, pois mostra a imposição de vontade de potência externa que não se vincula aos interesses dos povos locais. Dessa forma, o eixo formado por Antártida-Malvinas-Atlântico Sul é uma causa comum, visto que as potências centrais enxergam, no século XXI, o reordenamento da ordem global, bem como as descobertas de potencialidades de riquezas da região, o que incrementa investimentos militares e aproximações políticas que afastam a destinação de recursos dos povos locais. A presença da OTAN e suas vinculações geoestratégicas não estão alinhadas com os países da América Latina, cujo efeito pode configurar conflito na exploração marítima de recursos nas áreas soberanas, representado pela crescente militarização britânica no arquipélago Malvinas e na exploração da Antártida, que em 2048, pode sofrer crescente polo de tensão entre as nações que já instalaram bases científicas. A manutenção da presença do Reino Unido, aliado aos Estados Unidos e, mais recentemente, com a Austrália (AUKUS) que visa combater a aliança China-Rússia, pela disputa por espaços, notadamente naqueles que representam riquezas para dinamizar as economias. Nessa seara, que se pretende posicionar a importância singular no tabuleiro geopolítico do arquipélago Malvinas e a contenda de soberania.

**Palavras-chave** Arquipélago Malvinas, Geopolítica, Geoestratégia, Integração, América Latina.

## **Desenvolvimento**

O espaço global tem se revelado desafiador e inquietante no princípio do século XXI. O processo em marcha de reorientação do poder global afeta os continentes e suas possessões além-mar. Áreas outrora com expressão diminuta no concerto das nações vem galgando importância no debate cujo pano de fundo mostra a inquietude contestatória do mundo unipolar consagrado pós Guerra Fria (1945-1991) e que apresenta rumos ainda imprecisos na seara das nações.

O foco no presente artigo busca compreender o reposicionamento da América Latina frente aos principais países na contenda geopolítica global, tais como Estados Unidos da América, Rússia, China e Reino Unido. A atual escalada de ascendência econômica verificada na Ásia, notadamente em países do Extremo Oriente produz consequências ao Ocidente, em especial, no questionamento unipolar econômico-militar dos EUA, assim como a ruptura de sua hegemonia alicerçada com o resultado da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

É nesse cenário de tensão global que marca o retorno dos estudos de geopolítica e geoestratégia que cuida das relações entre os Estados entre si e suas riquezas. Nesse ponto, se configura a base do valor estratégico e econômico de diversas áreas do globo e, como objeto de análise o arquipélago Malvinas, localizado no Atlântico Sul e com características ímpares de confluência entre mares e oceanos, porta de entrada do continente antártico, objeto de cobiça das nações desenvolvidas no presente século.

A litigância estratégica ganha escopo ao analisarmos as fimbrias do planeta e, em destaque, a corrida pelos espaços detentores de riqueza e posição singular – como o do arquipélago Malvinas – o que justifica a influência britânica secular, provocando atritos na integração regional na relação entre os países continentais e a possessão insular. O entrave a ser analisado consiste na permanência do sistema colonial imposto por Londres observando o controle geoestratégico e a geoeconômico, importante para a costura do Reino Unido em manter-se como potência marítima no Atlântico Sul. Em última análise, o arquipélago Malvinas representa elo triangular, interconectando com os Oceanos Pacífico e Índico, além do continente antártico.

A quebra da influência britânica representaria, portanto, a dissolução do colonialismo como também a perda da capacidade de influenciar os habitantes locais, o que abrirá oportunidade para a aproximação e abertura com a América Latina. Elementos essenciais ao processo de integração poderiam prosperar caso não houvesse intervenção colonialista por parte de Londres. Trata-se de sentimentos que visam assegurar controle, excluindo os países latino-americanos e, sobretudo, manter hegemonia no Atlântico Sul.

O momento atual se mostra decisivo para impulsionar economias debilitadas, seja por crises econômicas ou, ainda, pelos efeitos da pandemia de COVID-19 que assolou o

mundo no triênio compreendido entre 2020-2022 com efeitos que ainda persistem nas nações. Denota-se, nesse momento, o surgimento de dois pólos ideológicos que representam e agregam para si o poder global e suas circunstâncias nas esferas política, militar, econômica e financeira cuja competição vai acirrar ânimos bélicos de potências estrangeiras em diversos cenários do planeta, incluindo o Atlântico Sul e a Antártida. Por sua vez, estas necessitam de fontes de recursos para posicionar frente a demandas tecnológicas e alimentares e, para isso, arsenais de guerra devem estar preparados para as disputas em cenários cada vez mais complexos e importantes segundo a visão de cada grupo.

No caso do arquipélago Malvinas, não se vislumbra tal belicosidade como em outros cenários, mas sua importância se mostra crescente, pois as fontes de recursos disponíveis a extração pelo homem justifica a cobiça de nações colonialistas que procedem de maneira injustificada o saqueio e destinação diversa aos povos aos quais fazem direito. Por essa maneira, o questionamento argentino, que se faz presente por décadas, é abafado por Londres que não se mostra disposto a negociar e nem a compartilhar sua posição relevante no tabuleiro geopolítico do Atlântico Sul.

Hodiernamente, a presença britânica no conjunto de ilhas que vem desde 1833 teve como premissa a expansão além-mar do Império Britânico cujo domínio foi o alicerce do Reino Unido no século XIX até o advento da Segunda Guerra Mundial. Mahan (1987) preconizava que o sucesso britânico fora possível pois adjudicava domínio das rotas comerciais marítimas, negação do uso do mar pelos inimigos e do controle do fluxo de produção que, em escala global, permitiu expandir valores daquele país aos demais continentes. Portanto, a geoestratégia de dominar o eixo comercial foi sustentado pela industrialização que toma forma e faz progredir a metrópole ao custo da exploração das colônias e da movimentação de bens e serviços que conectava o globo sob sua regência.

Coutau-Begárie (1988) aduz acerca da importância do Atlântico Sul para a navegação global com o fechamento do canal de Suez entre os anos de 1967-1975 e, ao afetar a economia britânica vai retomar a estratégia ao utilizar o colar de ilhas sob sua proteção no Atlântico Sul. Desta feita, ressalta o autor, o Reino Unido teve como alternativa responder a demanda represada, mesmo que representasse maiores custos logísticos.

Entretanto, o arquipélago Malvinas não encontrava inserido nesse mecanismo, mas sim era ponto nevrálgico para expedições científicas e base segura que permitiria eventuais reclamações soberanas na Antártida, além de ser ponto de abastecimento e passagem interoceânica, com o entroncamento de rotas austrais. A posição privilegiada ao arquipélago permite controle da passagem sul do continente americano, no encontro dos Oceanos Atlântico e Pacífico, pela via do cabo Horn e do Estreito de Magalhães.

Digno de nota que, a inauguração dos canais artificiais, em especial o do Panamá e de Suez alijaram a função do arquipélago para planos distantes, pois as novas conexões facilitaram logisticamente o transporte entre continentes, além de não mais estarem nas mãos dos britânicos o controle dessas passagens. Ressalte-se, entretanto que, eventual restrição quanto ao uso dos canais artificiais haverá o ressurgimento da importância dessas rotas, mesmo que com travessias mais longas e perigosas.

A revitalização britânica no arquipélago é constatada a partir de fatos que culminam com as crises do petróleo nos anos setenta do século passado ao mesmo tempo em que se noticia a descoberta do mineral em águas profundas no entorno malvinense, que acirra os ânimos entre as partes beligerantes cujo ápice se finca no ano de 1982 com a Guerra das Malvinas.

Referido evento foi responsável pelo redirecionamento militar britânico que, estava em processo de diminuição e menor investimento dado pelas crises econômicas. Porém, a janela de oportunidade que a Primeira-ministra Thatcher, que não desfrutava em 1982 de taxas confortáveis de aprovação, redireciona a história britânica, no sentido de majorar reforço da Marinha Real, notadamente nas colônias remanescentes com o fito de assegurar domínios e vantagens que estes possam oferecer através da exploração de recursos e bens. Castro (1999) indica a necessidade de reavaliar, por parte de Londres, o uso dos recursos do arquipélago, notadamente descoberta de petróleo, no momento de escassez global e majoração de preços e a necessidade de investimentos pode assegurar acesso ao recurso, importante no dinamismo das economias dos anos oitenta.

É preciso mencionar que o arquipélago Malvinas representa também espaços marítimos com potencialidade de extração de riquezas que atualmente estão ocupados por potência extrarregional. Nesse ponto, o discurso de Londres reverbera que a fronteira britânica não é permanente e se encontra presente em todos os locais onde há a identificação com a metrópole. Essa é uma das justificativas utilizadas em sucessivos documentos de segurança e estratégia daquele país para prosseguir com a militarização do arquipélago. A base militar de Mount Pleasant é a mais moderna da América Latina e o território malvinense guarda uma relevância ao possuir mais militares do que civis. Por isso, a luta contra o colonialismo que vigora na região deve ser abraçada pelos países da América Latina e, assim, promover desenvolvimento sustentável, harmonioso e pacífico, ao invés do incremento militar e saqueio de riquezas que atualmente se encontra em marcha.

A relevância soberana dos espaços além-mar guarda ressonância na orientação marítima britânica cuja geopolítica consistia em estabelecer-se como grande potência. O arquipélago Malvinas, portanto, se constitui em elo que conecta a outras possessões na África e Ásia cuja expansão colonial está ligado ao enriquecimento, por isso, o

investimento da força naval para proteger a marinha mercante e assegurar conquistas além-território. Por outro lado, eventual devolução soberana representa quebra da distribuição logística militar britânica e, com aumento das distâncias para demais áreas irá dificultar o regular planejamento das forças navais não só do Reino Unido, como das alianças da qual faz parte como a OTAN.

A revitalização, portanto, do arquipélago pós anos setenta do século passado e que leva ao acirramento do questionamento de soberania militar-estratégica das riquezas que, de forma incalculável, atendem as premissas das potências extrativistas que necessitam dos recursos para movimentar suas indústrias, produzir energia limpa, vez que o discurso global de reconversão energética encontra-se na pauta de discussões sobre o futuro da espécie humana na Terra.

É importante assinalar que os recursos pesqueiros são motivo de cobiça de países cujas populações precisam consumir proteína, importante para a saúde humana. Atualmente o mundo ao atingir oito bilhões de pessoas e, com crescimento previsto para os próximos decênios indica a problemática da forma extrativista e sem controle no litoral do Atlântico Sul pode interferir no equilíbrio das espécies. Tudo isso é feito em nome de assegurar segurança alimentar de nações que estão em crescimento vigoroso, mas com alto custo as nações latino-americanas.

As implicações geopolíticas e geoestratégicas estão calcadas no manejo de exploração das recursos naturais e nas alianças globais que repercutem no âmbito regional da América Latina, em especial, no Atlântico Sul. A correlação de forças em âmbito do planeta chama a atenção dos países da região, pois o foco da disputa está nos espaços detentores de riqueza e bens.

Daí ser possível afirmar-se que o quadro de tensão global abre oportunidades para veicular e aprofundar, dentro de foros internacionais, de maneira pública o combate ao colonialismo arquitetado pelos britânicos e avançar na abordagem de negociar com o fito de solucionar a soberania de forma definitiva. Isso ocorre no momento em que se verifica a debilidade de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas cuja estrutura não tem sido capaz de movimentar as partes para conversas bilaterais e, apostar em outras competências multilaterais como forma de conclamar o Reino Unido a efetuar negociações sólidas e não se imiscuir em princípios frágeis e já refutados pelo direito internacional como o da autodeterminação de um povo transplantado que não guarda razão no presente debate.

Sob a mesma batuta, os países da América Latina devem aproveitar o momento histórico efetuar reengenharia de mecanismo de integração regional, com intuito de fortalecer-se ante as ameaças perenes nesse século. A arregimentação dos EUA e aliados europeus e mais recentemente a Austrália que tem sob seu manejo mecanismos

como a OTAN e AUKUS que possuem como objetivos dinâmicos manter os estadunidenses na vanguarda da liderança global, vetando aproximação de países como China e Rússia no sentido de questionar seu poder.

O acrônimo AUKUS é uma aliança ocidental como forma de evitar a expansão chinesa no Sul da Ásia como também nos demais cenários do globo. No tocante a questão Malvinas, Dodds (2021) alerta que a aproximação chinesa com a nação portenha está no radar dos EUA, o que pode provocar apoio da aliança contra as relações Pequim-Buenos Aires ao se utilizar da rede de ilhas do Atlântico Sul cuja maioria está sob controle britânico.

Nesse sentido, ao confrontar com a Questão Malvinas é importante para esses a manutenção das bases militares e o apoio a soberania britânica não deve ser apenas interpretado como aproximação cultural e linguística comum, mas sim com a presença tendo em vista a crescente importância na Antártida e os investimentos nas bases chinesas e russas no continente gelado. Por isso, não se vislumbra com eloquência a transferência de soberania à Argentina, visto que os demais atores já possuem importância relevante com o governo de Buenos Aires, seja com campo econômico, política, financeiro e militar.

Dominar o Atlântico Sul é elemento chave para a exploração da Antártida. Aqui se apresenta claramente as noções exaradas por Reis (2014) na qual afirma que a geopolítica é a conexão de espaço e posição ao mesmo tempo que se apresenta construção social e política. Com base nesse pensamento, se faz necessário a integração regional para refutar intenções de países extrarregião e promover a dissuasão marítima, sem estar na seara do conflito global entre as esferas que representam a dominação atlântica (EUA e Reino Unido) e a euroasiática (China e Rússia) para a periferia do Atlântico Sul.

No que tange a arregimentação de alianças de cunho militar-estratégico, os países da América Latina encontram-se em desvantagem pois não possuem estrutura permanente que possam compor em aliança. O grande entrave na região reside na questão ideológica, resquício da dicotomia capitalismo e socialismo, o que impede na composição da formulação de pensamento regional. Dessa fraqueza aproveitam-se as demais nações cujas premissas, já formuladas, encontram-se em fase de execução da qual somos presas fáceis. Coligar-se com um dos lados de forma individual pode representar prejuízos futuros aos verdadeiros reclamos da região.

Estar diante de estruturas robustas pode alijar a questão central, pois a disputa tenderá a centralizar-se nos recursos e meios disponíveis que atraem as potências desenvolvidas, restando aos demais a dependência e subviniência que caracteriza os países em desenvolvimento. Simonoff (2021), por sua vez, expõe que a presença de recursos

naturais vai demandar mão-de-obra especializada, ausente dentre a população local e cuja saída será a imigração, mas que será seletiva e pontual, para não mesclar culturas e assim não perder o controle das tradições locais.

Os esforços no sentido de proceder com a integração continental devem superar quimeras e concentrar no esforço conjunto de repelir ações colonialistas e privilegiar os bens de origem local. Dessa forma, haverá maior equilíbrio entre as nações e, assim, o espaço de negociação naturalmente se desenvolverá em premissas justas e equânimes. Somente a união regional poderá ser capaz de refutar tentativas espúrias de colonialismo, pois somente o fortalecimento de laços pode enfrentar nações poderosas. A presença do Reino Unido no arquipélago Malvinas, bem como o colar de ilhas (Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha) no Atlântico Sul tem se mostrado capaz de dissuadir outros países, bem como protagonizar laços com países africanos. Portanto, o prejuízo não é recente e se mostra incompatível para o desenvolvimento soberano da região como um todo.

No modelo atual, temos por um lado o Reino Unido que possui meios superiores do que a Argentina e com maior poder de manobra antes organismos internacionais, por isso produz efeitos danosos ao prolongar indefinidamente o debate cuja expressão se mostra tacanha sem o foco de indicar o acordo, sem fazer o uso da força ou convencimento no sentido de ser protagonista entre os beligerantes. Os britânicos estão calcados em estrutura que lhes permite abdicar de qualquer reclamo argentino e, assim, refutam constantemente a cumprir Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Comitê de Descolonização. Com a força do poder de veto no Conselho de Segurança e da proteção dos EUA e todo o poderio bélico que este ainda representa, vemos na prática o uso do poder atende a interesses próprios e não a coletividade global.

O que vemos na presente pesquisa é que a manutenção britânica pela soberania no arquipélago Malvinas é a garantia de estabilidade no cone sul com reflexos internacionais por representar maior disponibilidade de capacidade operacional e dissuadindo países latino-americanos com intuito de se manter alerta para explorar o continente antártico. Por isso, a necessidade de conectar as reflexões que envolvem Malvinas com a Antártida e o Atlântico Sul. Todas as esferas são administradas pelo Reino Unido com o viés colonial e extrativista, o que nos chama a atenção é a necessidade ofertar resposta capaz de impedir tal comportamento, com a união regional e garantir o respeito aos direitos soberanos de cada nação.

## Conclusão

Feitas essas ilustrações, percebe-se que a presença geopolítica e geoestratégica do arquipélago Malvinas possui repercussão global. A singularidade da contestação soberana tem no seu bojo elementos que estão além da disputa britânico-argentina. Se faz necessário analisar elementos que estão longínquos do Atlântico Sul. A reorientação global de poder é um sinal da revitalização de áreas que possuem potencial. Sob essa premissa, o que se pode esperar é uma maior contestação de nações que não em aliança com o Reino Unido, deixando-o em isolamento, mesmo que possua arsenal militar e nuclear.

Entretanto, a questão também não pode ser refletida de maneira individualizada. Desse breve apanhado do tema acima exposto, alguns pontos de análise se fazem sentir como, por exemplo, a correlação com a Antártida e o Atlântico Sul. Não nos parece possível que a temática Malvinas não seja integrante junto com os dois citados, pois a posição geográfica permite vantagens marítimas e de cunho contestatório no futuro próximo, por isso a reserva da soberania do conjunto de ilhas guarda essa particularidade. A manutenção do dinamismo econômico do Reino Unido depende, em grande parte, da exploração de suas colônias e das áreas a serem exploradas.

Outro fator relevante está na busca da integração entre as nações latino-americanas. A separação atual mostra a fragilidade que a região apresenta, ao mesmo tempo que abre espaços às nações desenvolvidas de ingerência nos assuntos cotidianos e, assim, permanece mais difícil formatar pensamento comum e estratégias de defesa e segurança sem a presença de atores extrarregionais. Diante desse quadro, sugere-se a recomposição de órgãos regionais que possam produzir diretrizes com intuito de repelir atuação e imposição de realidade das potências na região.

A importância geoestratégica do arquipélago Malvinas é múltipla, pois combina riquezas, proteção a biodiversidade e a pesca, além das rotas comerciais e do continente gelado. A indefinição da exploração da Antártida acossa as nações a se prepararem para o momento oportuno. Dessa feita, cabe aos países da América Latina defender seus interesses, em contraposição ao estabelecido em documentos de segurança e estratégia britânicos que sob a batuta de proteger possui o viés de colonizar e perpetuar a dependência ao país insular.

Finalmente, não se pode conceber a Questão Malvinas sem agregar o futuro da Antártida. Documentos de segurança e defesa do Reino Unido indica preocupações no gerenciamento das riquezas da região, o que pode configurar novos conflitos no decorrer do século XXI. A expansão da presença chinesa e russa é um exemplo do interesse no continente antártico e, apoiando a Argentina na soberania do arquipélago

Malvinas. A última fronteira continental do planeta será pela primeira vez, objeto de disputas múltiplas com vários atores em disputa sobreposta.

O desafio está posto e cabe as nações regionais atuarem em conjunto nas discussões futuras do Tratado Antártico e seus desdobramentos de acesso a riquezas. Geograficamente a vantagem da proximidade territorial deve atender aos países da região em detrimento aos demais que somente possuem vínculos exploratórios, ou seja, o gerenciamento dos bens a serem explorados devem propugnar desenvolvimento regional ao invés de perpetuação da dependência econômica e política.

A importância geopolítica do arquipélago Malvinas condiz com a integração com os países da América Latina, o afastamento do colonialismo como princípio e a destinação correta das riquezas aos países detentores e de sua população. A maquiagem secular britânica apenas aprofunda o fosso existente entre as populações sem promover melhoria nas relações internacionais e na paz duradoura na região.

Por fim, só haverá combate eficaz ao colonialismo na região no momento em que as lideranças regionais se dispuserem de maior habilidade política e menor discurso ideológico. Há de se enxergar o reordenamento da ordem global como janela de oportunidade e aproveitar os investimentos disponíveis para gerar progresso e educação. O arquipélago Malvinas representa caso único de colonialismo de espera, onde o Reino Unido aguarda momento de usar sua posição singular irregular para justificar presença no continente gelado e gerar mais um círculo de colonialismo pela via exploratória de riquezas.

## **Referências**

CASTRO, T. Geopolítica, princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed, 1999.

DODDS, K. The Polar Regions in the Integrated Review. Britain's World. 19 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.geostrategy.org.uk/britains-world/the-polar-regions-in-the-integrated-review/>>. Acesso em: 27 abr 2023.

MAHAN, A. T. The influence of sea power upon history 1660-1783. New York: Dover Publication, 1987.

REIS, R G G. Atlântico Sul e Amazônia azul: um desafio geopolítico para a sociedade brasileira. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: 2T-2014.

SIMONOFF, A. Argentine strategies towards the Falklands Malvinas since the Democratic Transition, 1983-2018. In: DUARTE, E. E. The Falkands Malvinas War in South Atlantic. Cham: Palgrave Macmillian, 2021.